
A “PSICOLOGIA DO EGO” E A PSICANÁLISE FREUDIANA: das diferenças teóricas fundamentais

*“Ego Psychology” and psychoanalysis:
basic theoretical differences*

Geselda Baratto

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Professora e Supervisora Clínica na Universidade de Blumenau (FURB),
Blumenau - SC. e-mail: gisabaratto@yahoo.com.br

Fernando Aguiar

Doutor em Filosofia pela Université Catholique de Louvain (UCL, Bélgica) Professor do
Departamento de Psicologia e do PPG em Psicologia da Universidade Federal de Santa
Catarina (UFSC), Florianópolis - SC. e-mail: fabs@cfh.ufsc.br

Resumo

Este artigo aborda a problemática relativa às múltiplas interpretações da obra freudiana e que deram origem às denominadas *neo-escolas* de psicanálise. São apresentados os conceitos-chave da escola norte-americana de psicanálise, surgida nos anos de 1920 e denominada “Psicologia psicanalítica do ego”, em confronto com os conceitos fundamentais pertinentes da psicanálise freudiana. Defende-se a idéia de que a “psicologia do ego” desenvolveu suas teses em torno da segunda tópica freudiana, compreendida como constituída pelo abandono da primeira. O resultado, desviante em relação à psicanálise, foi o abandono do conceito fundamental do inconsciente, em troca de um valor supremo conferido ao ego, tido como consciente e racional.

Palavras-chave: Ego; Adaptação; Autonomia; Inconsciente;
Recalque.

Abstract

This paper deals with problems related to multiple interpretations of the Freudian work, which gave rise to the so-called neo-schools of psychoanalysis. We have developed some fundamental concepts of this north american school of psychoanalysis founded in the 1929's referred to as "Ego Psychoanalytic Psychology", some fundamental concepts on the Freudian psychoanalysis being outlined. It is posited that the Ego Psychology bases its theses around the Freudian topical, viewing it as being apart from the first one, and that this has resulted in the abandonment of the unconscious's fundamental concept in favor of a supreme value conferred to ego, taken as conscious and rational.

Keywords: *Ego; Adaptation; Autonomy; Unconscious; Repression.*

Faz parte da história do movimento psicanalítico o fato de a psicanálise estar sujeita e exposta a interpretações diversas por parte de seus discípulos e dissidentes. Como se sabe, muitos foram os autores que pretenderam encontrar na psicanálise o suporte para alçar suas próprias teses, selecionando conceitos psicanalíticos fundamentais, priorizando uns e minimizando outros, sempre em favor do ponto de vista em questão. Mais: articulando esses conceitos selecionados com noções provenientes de outras matrizes psicológicas, com enfoques metodológicos e epistemológicos divergentes e alienígenas, fizeram-se, no entanto, reconhecer como "neo-psicanalíticas". A consequência foi uma proliferação de escolas que, completamente diferentes umas das outras e umas e outras com a psicanálise, tiveram em comum a prática recorrente de expor a invenção freudiana a toda sorte de ecletismo, gerando não pouca confusão a respeito dos próprios conceitos fundamentais psicanalíticos.

Nesse artigo, sustentamos que a denominação de psicanálise faz referência exclusiva ao campo conceitual e clínico inaugurado por Freud. Em 1923, às voltas com sua reviravolta teórica (segunda teoria das pulsões e segunda tópica), Freud enumera os conteúdos principais da disciplina e os fundamentos de sua teoria – a hipótese dos processos anímicos inconscientes, o reconhecimento da doutrina da resistência e do recalçamento, o valor concedido

à sexualidade e ao complexo de Édipo, afirmando-os como centrais à teoria e à técnica da psicanálise. Em *A história do movimento psicanalítico*, de 1914a, alertara para o fato de que muitas teorias que contrariam os pressupostos fundamentais da psicanálise “[...] não devem ser conhecidas pelo nome de psicanálise” (FREUD, 1980/1914a, p. 63). Este é o caso, como pretendemos aqui demonstrar, da leitura operada sobre a obra freudiana pela teoria da “psicologia psicanalítica do ego”, que apresentamos e analisamos aqui em suas diferenças teóricas fundamentais com a psicanálise freudiana.

Trata-se de uma particular versão da psicanálise, esta que surge em torno dos anos de 1920 na América do Norte. Ernest Kris, David Rapaport, Merton Gill, Rudolph M. Loewenstein, Franz Alexander figuram como seus principais expoentes, ao lado de Heinz Hartmann, apontado por unanimidade como membro de maior destaque pelo fato de que seus conceitos estabeleceram a base a partir da qual a doutrina se assentou. Além de por longo tempo ter tomado a cargo a disseminação da psicanálise, esta concepção teórica e técnica da psicanálise constitui de fato o modelo mais bem acabado dos desvios a que esteve submetida a psicanálise nas mãos de teóricos afeitos a ecletismos.

Sob os auspícios dessa *nova* escola, influente desde a morte de Freud e hegemônica por décadas, a psicanálise surge integrando múltiplas facetas, passando a se ordenar em torno de *novos* objetivos terapêuticos, *novos* métodos de investigação dos processos psíquicos – o empírico no sentido positivista –, *novos* conceitos, *novas* táticas e técnicas. Em função desta pluralidade de *inovações*, os mentores desta escola julgaram mesmo procedente rebatizar a psicanálise, passando a denominá-la de “psicologia psicanalítica do ego” (RAPAPORT, 1962, p. 42).

Nomeação deveras mais apropriada para o que lograram construir. O conceito de ego, que ordenou todo o arcabouço teórico e técnico da “psicologia psicanalítica do ego”, forçou a metonímia, sem dúvida feliz no que diz respeito à invenção freudiana: foi simplesmente como “psicologia do ego” (sem psicanálise no nome) que esta escola passou a ser reconhecida. Esta denominação, bem apropriada, será utilizada doravante, sem aspas, no decorrer deste artigo.

Dos conceitos e pontos de vista fundamentais da psicologia do ego

Diante da proliferação de escolas psicanalíticas, dever-se-ia então concluir que não existe *a* psicanálise, mas psicanálises, assim como não existe

a psicologia, mas psicologias? A resposta é, desde logo, não! Psicanálise só existe uma: aquela originada em Freud e sustentada na sua descoberta fundamental do inconsciente.

De fato, o lugar próprio que a psicanálise inaugurou, ordenado pela especificidade do conceito de inconsciente posto em curso por Freud, correu o risco de dissipar-se. Os teóricos da psicologia do ego, ao minimizarem os efeitos da descoberta freudiana, retrocederam a noções originadas na filosofia racionalista clássica, (re)colocando em cena a noção de inconsciente concebido como o lado obscuro e irracional das paixões da alma. Para os teóricos do ego, abriga-se, sob a denominação de inconsciente, toda sorte de comportamentos e de motivações postos à margem do “controle racional do ego” (HARTMANN, 1969, p. 22). O inconsciente é descrito como desordenado, caótico, causa de comportamentos anti-sociais, figurando como fundamento dos comportamentos desajustados, posto que sede dos “impulsos instintuais irracionais” (HARTMANN, 1969, p. 49).

Essa neo-psicanálise imprimiu ao conceito de inconsciente – compreendido por Rapaport (1962) como fator e fonte interna de *motivação* de muitas classes de comportamentos – a formulação de um modelo teórico de caráter *descritivo*, *explicativo* e *preventivo* das condutas humanas. Nas palavras de Kris (1968, p. 14): “[...] o sistema psicanalítico integral oferece, no momento presente, a melhor perspectiva para a compreensão e interpretação do comportamento humano”. Para Jill (1962, p. 34-35), “[...] a psicanálise deve complementar suas considerações motivacionais com as cognitivas e adaptativas”.

Devemos à psicologia do ego o famoso aforismo: “Freud explica”, que popularizou a idéia segundo a qual a teoria freudiana se constitui numa cartilha, ou manual explicativo, das razões de “fundo motivacional” das condutas. Para Freud (1980/1937, p. 266), entretanto, com a compreensão e a explicação sobre as razões ou causas das condutas de um sujeito “[...] aumentamos o seu conhecimento, mas nada mais alteramos nele”. Embora todos sejamos sujeitos do inconsciente e o inconsciente seja universal e estrutural, sua definição não é unívoca: o conceito de inconsciente de modo algum se constitui num consenso entre aqueles que dele fazem uso, mesmo quando se denominam partidários do campo freudiano.

A rota de desvio praticada pela psicologia do ego em relação à psicanálise repousa, precisamente, no modo como foi por ela entrevistado o mais caro dos conceitos psicanalíticos: o inconsciente, bem como o recalque que o institui. Nesta escola, o inconsciente recebe formas e contornos que de modo

algum se encontram presentes na obra freudiana, e é minimizado para conferir um lugar privilegiado ao ego, tido por racional, consciente, com função de síntese, denominada por Hartmann (1962) “função sintética do ego”. Concebido nesta teoria como o eixo ordenador central dos processos psíquicos, ao qual se deve o controle racional das condutas, o ego é descrito por Hartmann (1969, p. 112) como “[...] o ‘órgão’ especial de adaptação do homem”. Para este autor, “não cabe dúvida de que existe uma correlação positiva entre a conduta racional e a conduta adaptada, entre a conduta racional e a sadia, e de que estas correlações foram aceitas desde há muito tempo” (HARTMANN 1969, p. 53). Ora, o conceito de inconsciente e de divisão psíquica (*Spaltung*) que lhe é correlato, assim como o tipo de sujeito que nele tem lugar, sustenta na doutrina freudiana a noção de que não há, no psíquico, centro ordenador, mas antes descentramento radical, a que o sujeito está atrelado e submetido.

Para Freud, o conceito fundamental da psicanálise é o inconsciente, logo, é em torno dele que se ordena o edifício teórico e técnico da psicanálise. Para a psicologia do ego, entretanto, o conceito fundamental é o de “ego consciente”, que, além das características acima mencionadas, integra ainda a de “autonomia” (HARTMANN, 1962). Como sistema de controle racional das condutas, ele é também o órgão responsável pelos processos de aprendizagem e de adaptação do indivíduo ao meio ambiente físico e social. Hartmann (1962, p. 51) escreve:

No seu trabalho clínico o terapeuta se confronta constantemente com a ação racional como oposta à racionalidade, mas também com outros fenômenos classificados comumente como racionais e irracionais. Sabe da existência dos fatores que podem obstaculizar o desenvolvimento da racionalidade ou inibir as funções racionais. Observa como os fatores irracionais da conduta interferem com a conduta sadia e com a adaptação.

Com a psicologia do ego desenvolveu-se uma teoria precisa sobre a influência do meio na determinação do acervo das condutas do indivíduo, cuja formulação mais bem acabada encontra-se em “A psicologia do ego e o problema da adaptação”, de Hartmann.

Hartmann (1969, p. 83-84) supõe que os instintos, dos quais os animais são dotados, respondem à função de sobrevivência e autoconservação. No homem, entretanto, a sobrevivência e a conservação estariam ao cargo das funções do ego, desenvolvidas pela aprendizagem e pela maturação. Compete ao ego, portanto, a tarefa de regular as relações do organismo com seu ambiente. A adaptação do organismo ao meio, que nos animais está a cargo dos instintos,

nos humanos está a cargo do ego. Para os teóricos da psicologia do ego, as funções do ego são *aparatos* postos a serviço da adaptação: “O sentido subjacente ao conceito de ‘adaptação’ é o de que os organismos vivos se amoldam ao seu ambiente. Daí que a adaptação seja primariamente uma relação recíproca entre o organismo e seu ambiente” (HARTMANN, 1962, p. 37).

A tese de que os organismos entretêm estreitas relações de adaptação figura como nuclear na obra de Hartmann e é sempre retomada pelos demais partidários da psicologia do ego. Todos falam em adaptação do ego à realidade, mas também em suas noções correlatas: autonomia primária e secundária do ego, ego forte, esfera do ego livre de conflito, autonomia e soberania do ego sobre os “impulsos instintuais”, enfim, funções perceptivas e organizadoras do ego. Todas essas proposições e formulações, explícita ou implicitamente, tratam dos problemas de autoconservação e sobrevivência do homem, isto é, do problema de saber se os ditos impulsos instintuais têm um valor de sobrevivência e uma função adaptativa para o homem (LOEWENSTEIN, 1981).

Para os teóricos da psicologia do ego, todo conhecimento depende, em última instância, do ego. É ele que detém as chaves para proceder à correta leitura da realidade objetiva, requisito prévio necessário de toda “adaptação afortunada”. A tese central defendida por Hartmann e seus seguidores, em estrita consonância com a concepção pragmática que a atravessa e percorre do início ao fim, é de ser o organismo capaz de estabelecer complexas e dinâmicas relações de adaptação ao ambiente.

O ego é tomado como uma espécie de órgão executivo central da personalidade, caracterizado por um número mais ou menos exaustivo de funções supostas autônomas, primárias e secundárias – aparatos utilitários encarregados de domar progressivamente os “impulsos instintuais” e em obediência aos princípios adaptativos. Com isso objetivou-se “[...] fazer da psicanálise a base de uma teoria geral da personalidade” (LOEWENSTEIN, 1981, p. 524). A Loewenstein pareceu evidente que Hartmann demonstrava em seus trabalhos “um interesse especial na comparação e confronto dos conceitos psicanalíticos” com os das outras escolas de psicologia: “Para vir a ser uma teoria geral da personalidade e desenvolvimento, a psicanálise também precisaria abarcar outros fenômenos psicológicos que já foram objeto de estudo da psicologia, mas não da psicanálise até então” (LOEWENSTEIN, 1981, p. 526).

Ora, o fato de esses teóricos atribuírem à psicanálise a sua fonte de inspiração constitui um impasse gerador de muitos equívocos e mal-estar, ainda que eles admitam ter introduzido novas categorias conceituais e avançado

novas elaborações que assinalam linhas de franco “progresso” à psicanálise. Em nome dessas inovações impressas à psicanálise chegaram a transformá-la no “[...] veículo de adaptação do indivíduo à cultura ou à sociedade” (FREIRE-COSTA, 1978, p. 230).

Noção tão clássica quanto moralizante. Contudo, a psicanálise é algo completamente diverso. Na práxis psicanalítica eticamente orientada, não se trata de “orientação de consciência”: como nos adverte Lacan (1998, p. 602), ela não é exercida com vistas a promover a adaptação do indivíduo à realidade social, mas a lhe mostrar que está por demais adaptado a ela. Sem nunca terem compreendido o manejo ético da transferência proposto por Freud na direção do tratamento, os psicólogos do ego negaram muito mais de três vezes a intenção freudiana, “[...] que nunca é a de conformidade às normas sociais ou morais, mas sempre a confrontação do sujeito com a verdade de seu desejo” (JURANVILLE, 1987, p. 28).

Justamente com a transferência, entrevista no viés do fenômeno amoroso que impõe o risco de predispor o analisando numa posição de “servidão mental”, Freud (1980/1912a, p. 136) apontou a problemática implicada em todo tratamento pautado no recurso à sugestão (AGUIAR, 2000). A ética da psicanálise repousa no seu manejo pelo analista: “O mau uso da análise é possível em diversos sentidos; em especial, a transferência é um instrumento perigoso nas mãos de um médico inescrupuloso”, escreve Freud (1980/1916-1917, p. 539), alertando, em mais de uma passagem de sua obra, que a conversão do analista em mestre, modelo e ideal do analisando, não faz parte da técnica da psicanálise. “Por mais que o analista possa ficar tentado a transformar-se em professor, modelo e ideal para as outras pessoas, e criar homens a sua própria imagem e semelhança, não deve esquecer que esta não é a sua tarefa no relacionamento analítico” (FREUD, 1980/1940, p. 202).

Entretanto, para a psicologia do ego, o fim ideal de análise é aquele que culmina na identificação do paciente com o analista: “O terapeuta, com sua própria atividade, fornece também ao paciente um modelo egóico de identificação” (FIORINI, 1976, p. 133).

Sob o nome de psicanálise, alojam-se assim teorias e técnicas que nada têm a ver com o sentido conferido por Freud à experiência analítica. Os mentores da psicologia do ego sustentaram uma prática antifreudiana, criando uma teoria e uma técnica de caráter adaptacionista, voltadas à conformação do sujeito à realidade, veiculando a ideologia e a promessa de uma perfeita adequação do homem ao mundo. Colocaram, deste modo, em primeiro plano, uma técnica educativa racional, “ideada para modificar a conduta do paciente

[...]. Os meios racionais são utilizados com a finalidade de subjugar as forças irracionais, integrando-as, finalmente, em um novo estado de equilíbrio”. O conceito de adaptação tornou-se, deste modo, “a pedra de toque do conceito de saúde” (HARTMANN, 1969, p. 9).

Para a corrente teórica norte-americana de psicanálise, o ego e o id procedem de uma “base biológica” matricial comum, embora o ego disponha, desde o princípio, de funções “autônomas primárias” destinadas a servir à função de adaptação. As funções “autônomas secundárias”, por seu turno, originam-se da relação conflitiva do ego com os “impulsos instintuais irracionais do id” (HARTMANN, 1969, p. 49). Muitos aparatos do ego surgiram desta relação conflituosa, constituindo-se em *mecanismos defensivos* postos em ação contra os *impulsos*. Contudo, devido à relação privilegiada que o ego entretém com o mundo externo, suas funções secundárias, inicialmente dependentes do id e postas ao serviço de defesa contra ele, automatizam-se gradativamente de sua fonte originária, pelo processo de maturação e desenvolvimento. Elas deixam de servir à função de defesa, passando a servir à função de adaptação. No decurso de seu desenvolvimento, o ego deve fortalecer-se, tornando-se independente do id e passando a dominá-lo e governá-lo. “Ego forte” e “esfera do ego livre de conflito” figuram entre os conceitos fundamentais sustentados pelos teóricos da psicologia do ego.

Faria parte do processo de desenvolvimento do ego liberar-se dos impulsos instintivos do id, submetendo-os ao seu poder de “controle”, “síntese” e “harmonização”. Pelo processo de “diferenciação” e “automatização”, as funções egóicas secundárias, originariamente postas a serviço da defesa, passam a integrar as funções normais adaptativas do ego, colocando em jogo o que Hartmann denominou de “troca de função” (HARTMANN, 1969, p. 115). O conceito de regressão, por sua vez, corresponde a uma falha neste processo de automatização, deixando atrás de si linhas por onde o ego pode regredir a comportamentos típicos de uma fase anterior do seu desenvolvimento: representam uma falha no processo de adaptação.

Nesta escola, por definição, o ego é o arcabouço de “aparatos” e “funções” bem definidas, cuja missão básica é “domesticar” e “subjugar” os impulsos do id, colocando-se como senhor soberano da “personalidade total”. Expressão máxima de sua tendência de auto-regulação, tendência que “corresponde ao que habitualmente denominamos de função sintética do ego, ou como prefiro denominá-la, sua função organizadora, ela equilibra os sistemas psíquicos entre si e regula as relações entre o indivíduo e seu ambiente” (HARTMANN, 1969, p. 85).

Mencionamos acima que as defesas do ego são colocadas contra os impulsos instintivos do id, que representam para ele uma ameaça. Ameaça a quê? A sua integridade e autonomia. Tudo se passa como se o ego não pudesse suportar qualquer ameaça a sua pretensa autonomia e poder de controle. Entretanto, como manter a premissa de autonomia do ego se, por um lado, ele deve lutar permanentemente contra os “instintos”, defendendo-se deles e, por outro, “moldar-se” ao ambiente, agindo de “acordo com as regras aceitas comumente”? (HARTMANN, 1969, p. 55). Tratar-se-ia de um contra-senso? De uma ilusão? De um sonho acalentado, buscado e nunca alcançado?

Seja como for, a concepção, sustentada pelos teóricos do ego – “o ego cresce e se desenvolve convertendo-se em um órgão específico de adaptação e organização” (HARTMANN, 1969, p. 80), tornando-se um sistema autônomo e unitário – coloca-se categoricamente na contramão do que Freud sustentou a respeito da temática do Eu [*Ich*], sobretudo quando entrevista à luz da teoria do narcisismo e das elaborações levadas a efeito na segunda tópica.

Na segunda tópica, como sabemos, Freud tece elaborações concernentes à *pulsão de morte* e às estruturas psíquicas do *isso*, *eu* e *supereu*. Essas instâncias psíquicas são atravessadas pelo atributo de pertencer ao sistema inconsciente. Contudo, embora os teóricos da psicologia do ego afirmem sustentar-se nessas novas elaborações freudianas para edificar suas próprias teses, *foi justamente em torno do modo como as compreenderam que se estabeleceu a rota de desvio operada por eles*.

A homologação do ego à função da consciência foi o grande equívoco praticado por toda uma geração de analistas que sucedeu a Freud, convertendo-se numa rota de desvio cujos rumores se fazem ainda ouvir em nossos dias. Esta virada teórica veio refletir-se de modo pontual no manejo técnico, ordenando no campo analítico uma técnica calcada no fortalecimento do ego com vistas ao adestramento do desejo inconsciente. Com efeito, o engodo de homologar o ego (eu) à consciência só é suplantado por aquele que por sua vez homologa o id (isso) aos instintos inatos e irracionais: “Os impulsos instintuais são irracionais, e igualmente o são todas as funções inconscientes em geral” (HARTMANN, 1969, p. 54). Para Hartmann e seus seguidores, o id corresponde “ao aspecto biológico da personalidade” (HARTMANN, 1969, p. 256) e se refere “aos elementos irracionais da personalidade” (HARTMANN, 1969, p. 22).

A psicologia do ego deu lastro à noção segundo a qual o id corresponde ao pólo instintivo, biologicamente herdado da personalidade, constituindo-se na fonte de tendências, de emoções e de motivações irracionais.

No dizer de Rapaport (1962, p. 24), “a psicanálise sempre foi e continua sendo uma teoria centrada na motivação da conduta humana. Sua característica exclusiva é a classe de motivação que postula: impulsos que arrancam da biologia do organismo a sua força”. Deve-se atentar para o modo como foi por esta escola apreendido o mais caro dos conceitos psicanalíticos freudianos: a pulsão.

Oscar Cesarotto (1987, p. 7) adverte que, embora “[...] o inconsciente seja universal, a psicanálise não o é. Razão pela qual uma quantidade de práticas completamente diferentes é chamada pelo mesmo nome de psicanálise”. Por sua vez, para Lajonquière (1993, p. 12):

O termo inconsciente converteu-se no maior equívoco que atormenta a psicanálise e sua transmissão já que apesar de estar certo de que sem ele a psicanálise desaparece, também não é menos verdadeiro que se o inconsciente é pensado como negativo psicológico da consciência, como produto das repressões da civilização moderna ou como morada dos instintos e ritmos biológicos, o próprio invento freudiano acaba esterilizado.

O que se constata, em muitas obras ditas de *inspiração* psicanalítica, é que a leitura da obra de Freud foi sendo progressivamente abandonada em favor daqueles que se arrogaram seus porta-vozes oficiais, paradoxalmente, discordantes e dissonantes com os conceitos nela contidos. Desse modo, abriram-se vias férteis à criação de inúmeras teorias de *base* ou de *inspiração* psicanalítica. Teorias que, propondo-se como menos *ortodoxas* com o conceito de inconsciente e seu operador constitutivo, o recalque (juntamente com a teoria das representações e da sexualidade ao qual ele dá fundamento), seriam mais facilmente assimiladas por meio de versões simplificadas da psicanálise. Contudo, uma vez falseado o conceito de inconsciente, falseiam-se todos os demais que dele derivam e que sustentam a coerência do edifício teórico-técnico da psicanálise.

Assiste-se, contemporaneamente, a uma diversidade de teorias derivadas da psicologia do ego. De fato, ela deu lugar a elos intermediários que portam de forma inconfundível o selo característico de sua fonte originária. Este é o caso, por exemplo, da teoria de Hector Fiorini. Por meio de sua obra, tem-se um exemplo do afastamento progressivo praticado em relação aos princípios teóricos e técnicos da psicanálise e nela vale destacar dois pontos essenciais que ilustram a diferença entre a psicanálise e a abordagem por ele sustentada: “breve” e “focal”.

O termo *breve* diz respeito ao tempo de duração da psicoterapia, previsto com anterioridade. Isto é, antecipa-se que o tratamento será efetuado num tempo dito *breve*. O termo *focal* refere à concepção de sintoma, compreendido como um “foco” de doença na esfera do ego. O sintoma é um *quisto* a ser isolado e extirpado do ego no mais breve período de tempo possível. Escreve Fiorini (1976, p. 32): “Orientação estratégica das sessões significa focalização do esforço terapêutico. O terapeuta opera mantendo em mente um ‘foco’, termo que se refere à interpretação central sobre a qual está baseado o tratamento”. Essa terapêutica breve orienta-se “fundamentalmente no sentido da compreensão psicodinâmica dos determinantes atuais da situação de enfermidade, crise ou descompensação” (FIORINI, 1976, p. 23). Eis o posicionamento de Freud sobre estas duas questões:

Quanto ao tempo dirá que “[...] na verdade a pergunta relativa à duração provável do tratamento é quase irrespondível” (FREUD, 1980/1913, p. 169-170). A ambição terapêutica de alguns psicanalistas os conduziu à tentativa de comprimir o tratamento analítico num tempo mais curto. Para ele, estes esforços são dignos de elogios, entretanto são vãos, trazendo consigo o risco de a pessoa ser arrastada para fora da análise e atraída para uma série de experiências sem limites (FREUD, 1980/1933a, p. 187).

Quanto ao *foco* dirá: “Finalmente desenvolveu-se a técnica hoje utilizada, na qual o analista abandona a tentativa de colocar em foco um momento ou problema específico” (FREUD, 1980/1914b, p. 193).

Para a psicanálise, o sintoma é expressão do ordenamento subjetivo singular de um sujeito; como tal, está posto na cadeia do desejo inconsciente, não se constituindo num “foco problemático”. O termo analisando, na sua forma em gerúndio, indica que a análise é um processo cujo final e os objetivos não podem ser antecipados. Assinala, portanto, um processo cujo alcance se saberá *a posteriori* (*Nachträglichkeit*). Ocasão para lembrarmos que toda antecipação, com a idealização que ela comporta, pertence ao registro do imaginário.

Dos conceitos fundamentais da psicanálise freudiana

O desvio praticado pela psicologia do ego resultou precisamente no abandono de dois conceitos básicos da psicanálise, o inconsciente e o recalque, passando à margem do que Freud elaborou na primeira tópica. Abordaremos, na seqüência, as relações que se estabelecem entre a primeira

tópica e a segunda tópica, na perspectiva de que justamente no interior da segunda encontram-se as elaborações que põem um ponto de basta nas celeumas travadas em torno do estatuto do eu.

Isso implica em dizer que, contrariamente ao que se convencionou na psicologia do ego, o eixo ordenador da psicanálise sustenta-se na descoberta fundamental do inconsciente. A introdução da segunda tópica não implicou no abandono de tudo o que Freud elaborou na primeira a respeito do conceito de inconsciente. É à luz do inconsciente e das leis que nele imperam – o deslocamento e condensação – que o eu deve ser entrevisto.

O inconsciente é definido por Freud como um sistema composto por representações instituídas por meio do recalque. O recalque, ao instituir o campo das representações, institui em ato o próprio inconsciente e confere a uma representação seu estatuto inconsciente, de modo que inconsciente e recalque são conceitos indissolúveis e correlatos: “A teoria da repressão [recalcamento] é a pedra angular sobre a qual repousa toda a estrutura da psicanálise” (FREUD, 1980/1914a, p. 26).

O recalque consiste num processo de repulsão que barra o acesso à consciência das representações irreconciliáveis, incompatíveis com outras representações presentes no imaginário do eu. Por essa razão, elas serão expulsas do campo do eu, vindo a constituir o domínio do inconsciente, com suas representações de desejo indestrutíveis, seus modos próprios de expressão e, sobretudo, caracterizado por mecanismos de associações distintos daqueles que regem as associações conscientes e pré-conscientes. O recalque é introduzido como causa da divisão psíquica, sendo o eu a instância tópica isolada por Freud como encarregada de promovê-lo, assim como também de mantê-lo por meio da resistência. Define o recalcado como o que é recusado pelo eu; não apenas como aquilo sobre o qual ele nada sabe, mas, sobretudo, do qual nada quer saber. Na qualidade de recusado pelo eu, o recalcado institui essa territorialidade inconsciente, estranha, firmada e estabelecida como não-eu.

A teoria do inconsciente, e de suas leis de associações, subverte a concepção clássica de sujeito implicada no cogito cartesiano e nas teorias psicológicas que dele se derivam. Com Descartes, tem início a idade de ouro da razão e da certeza da presença do ser no ato de pensar. Sua filosofia contempla em suas indagações a noção de sujeito racional, de um sujeito que por pensar “[...] é um espírito, um entendimento, uma razão” (DESCARTES, 1987-1988, p. 26), inaugurando, assim, a concepção, presente até nossos dias, de um sujeito que reflete a si próprio na superfície supostamente cristalina da

consciência no momento em que pensa. Pensar e ser formam uma só e mesma unidade, redundando numa vigorosa concepção do pensar como eminentemente consciente e racional. Ser é pensar, pensar é ser. Não se inferem mutuamente, não se justapõem, equivalem-se (VALLEJO; MAGALHÃES, 1979, p. 13-19). Descartes é o primeiro a introduzir, no centro do debate das teorias epistêmicas, a noção de eu como “substância pensante” e como sede de conhecimento imediato.

A teoria da representação em Freud resulta no princípio segundo o qual o inconsciente pensa. Se “[...] pensar é estabelecer equivalência” (JURANVILLE, 1987, p. 24), associações entre representações, isto é tarefa deste trabalhador incansável que é o inconsciente. O inconsciente pensa posto que associa. As representações recalcadas constituem a matéria-prima com a qual o inconsciente trabalha, fornecendo como produto manufaturado os pensamentos. Contudo, os modos essenciais de funcionamento dos processos inconscientes (condensação e deslocamento) são diversos daqueles que regem as associações conscientes. Considerando-se que na concepção clássica o ser e o pensar se homologam e se localizam na consciência, a subversão introduzida por Freud a propósito do inconsciente é dupla: primeiro, o pensamento não tem sua sede na consciência, há uma ruptura tópica entre o ser e o pensar; segundo, eles não se situam no mesmo lugar.

O sujeito não pode refletir-se, apreender-se a si próprio no momento em que pensa. Há, separando-os, uma não-convergência tópica. Assim: “penso onde não existo, portanto existo onde não penso” (LACAN, 1978a, p. 248). O inconsciente é puro pensamento, sem que nele intervenha nenhuma entidade egóica, “[...] o inconsciente se define simplesmente por ser um pensamento sem sujeito”, como pura dinâmica relacional, não pressupõe a presença de nenhum eu “substância pensante” (POMMIER, 1990, p. 41).

A elaboração da primeira tópica consistiu em estabelecer o inconsciente como inteiramente constituído por representações recalcadas, e por definir o tipo de sujeito que nele tem lugar. O sujeito freudiano se define pela ruptura, pelo estiramento, pela cisão. O *sujeito é dividido* e, como tal, está posto à margem de um centro ordenador. É este descentramento radical do sujeito que põe obstáculo a qualquer forma de síntese egóica integrativa. A noção de sintaxe inconsciente se contrapõe à noção de síntese consciente. Não há um sujeito agente que regule e comande as associações das representações formadoras das cadeias de pensamentos; o inconsciente é um sistema autônomo em relação à consciência.

Com Freud faz irrupção uma nova perspectiva que revoluciona o estudo da subjetividade e que mostra justamente que o sujeito não se confunde com o indivíduo [...]. Freud nos diz que o sujeito não é a sua inteligência, não está no mesmo eixo, é excêntrico. O sujeito como tal, funcionando como sujeito, é algo diferente de um organismo que se adapta. O sujeito está descentrado com relação ao indivíduo (LACAN, 1985, p. 16).

A psicanálise surge com a descoberta do inconsciente e pela formalização conceitual específica que lhe confere Freud, juntamente com os conceitos fundamentais que dele se derivam. Freud assevera que a consciência não se constitui num eixo ordenador central e que se “[...] incorre em petição de princípio asseverar que ‘consciente’ é um termo idêntico a psíquico” (FREUD, 1980/1912b, p. 327).

É no inconsciente concebido como pura dinâmica articulatória que o método da *livre associação* se sustenta. A noção de representações inconscientes, armadas em cadeia por meio da lógica combinatória do deslocamento e condensação, separa e distancia o inconsciente freudiano de toda e qualquer concepção substancialista e que o identifique a tendências irracionais, anti-sociais ou desajustadas. Assimilar o inconsciente ao irracional inadaptado conduz ao princípio técnico proposto pela psicologia do ego de dominar o inconsciente, pondo-lhe as rédeas da via corretora do princípio da realidade – realidade esta, por sua vez, compreendida como princípio de adaptação.

Com Freud, temos uma técnica que consiste no reconhecimento pelo sujeito da singularidade do desejo que o move justamente por habitá-lo. Com a psicologia do ego, em contrapartida, temos um arsenal técnico voltado a promover uma alienação do sujeito ao imaginário social dominante, determinando deste modo fenômenos e processos específicos de “servidão mental”. A afirmação segundo a qual “a missão básica do homem é adaptar-se a estrutura social”, e de que “a submissão social é uma forma especial de adaptação ao ambiente e implica o conceito de adaptação” (HARTMANN, 1962, p. 47), só pode assentar-se numa perspectiva técnica calcada na identificação do paciente ao analista, como modelo padrão de indivíduo bem adaptado, e no uso abusivo do laço transferencial para os fins da sugestão e, conseqüentemente, para a servidão.

Fiorini (1976, p. 23-26), nutrindo-se da teoria de Hartmann e concebendo o sintoma como uma “situação de enfermidade, desajustamento ou descompensação”, preconiza que o terapeuta deve ter um posicionamento “ativo” no tratamento, posto que

[...] na psicoterapia breve pretende-se uma compreensão psicodinâmica da vida cotidiana do paciente, que se instrumenta nas interpretações, na planificação de sua vida diária, na orientação familiar e do trabalho [com vistas a promover], [...] comportamentos potencialmente adaptativos [e a] [...] assumir responsabilidades com uma participação ativa, construtiva e altamente adaptada.

O potencial adaptativo da personalidade do paciente é o parâmetro com o qual se elaboram as estratégias técnicas e as planificações das sessões, fornecendo, assim, o enquadre para uma “experiência emocional corretiva [...], a partir do que se pretende exercer influência terapêutica” (FIORINI, 1976, p. 29). A meta terapêutica de Fiorini, consoante com a de Hartmann, consiste em colocar em curso uma técnica racional para modificar condutas (HARTMANN, 1969, p. 67). Neste ponto teórico-técnico, assim como em outros tantos promovidos pela psicologia do ego, “[...] encontra-se a união por onde a psicanálise se dobra em direção a um *behaviorismo*, cada vez mais dominante em suas ‘tendências atuais’” (LACAN, 1978b, p. 221).

A segunda tópica freudiana

Na primeira tópica, Freud supõe que o mecanismo do recalque confere ao inconsciente uma dinâmica que lhe é própria. A noção de inconsciente dinâmico faz referência exclusiva às representações recalçadas.

Poderíamos ser assim levados a concluir que o recalque define o inconsciente, assegurando sua constituição e manutenção, e que, portanto, todo o inconsciente é recalcado. Contudo, no texto “O Inconsciente”, Freud (1980/1915, p. 101) introduz uma nova concepção: “Tudo o que é reprimido [recalcado] deve permanecer inconsciente; mas logo de início declaremos que o reprimido não abrange tudo o que é inconsciente. O alcance do inconsciente é mais amplo: o reprimido é apenas uma parte do inconsciente”.

Na primeira tópica, Freud sistematiza duas acepções do termo inconsciente: o descritivo (pré-consciente) e o dinâmico. Estaria ele anunciando, agora, uma terceira acepção sobre ele? Uma terceira forma de presença psíquica do inconsciente não abrangida pelo recalçamento e que, furtando-se a ele, não poderia ser incluído dentro da concepção dinâmica?

A introdução da teoria da pulsão de morte, em *Além do Princípio do Prazer*, de 1920, e em particular da segunda tópica, com *O eu e o isso*, trouxe avanços à temática do inconsciente. A reviravolta teórica dos anos 20 permite

elaborações relativas a um terceiro uso do termo inconsciente. Com efeito, se o conceito de inconsciente, tal como elaborado na primeira tópica, representou uma revolução, a segunda tópica, como veremos a seguir, introduziu algo tão revolucionário no seio do próprio campo psicanalítico que permaneceu inaudível a toda uma geração de analistas, em particular, aos que pretenderam fazer dela o eixo em torno do qual fundaram suas próprias teses. A psicologia do ego não apenas distanciou-se do que Freud formulou sobre o inconsciente na primeira tópica, como também passou à margem de suas novas elaborações introduzidas na segunda.

A segunda tópica estabelece um novo marco na história da psicanálise com a proposição segundo a qual, no seio dos próprios processos psíquicos inconscientes, existe algo que embora absolutamente inconsciente escapa ao processo de recalçamento. Como vimos acima, o recalçamento é, na primeira tópica, o mecanismo constitutivo exclusivo do inconsciente. Ele é o operador necessário e suficiente para dar lugar à instauração das representações, instituindo em ato o próprio inconsciente. As representações recalçadas constituem a matéria-prima do inconsciente, são elas que, submetendo-se às suas leis, conferem-lhe caráter dinâmico.

Entretanto, no interior da segunda tópica, opera-se uma revisão teórica que conduz a re-interpretação do aparelho psíquico, concebido até então como constituído por três sistemas – consciente, pré-consciente e inconsciente – e estabelecendo o novo enfoque sob o qual ele passará a ser entrevisto. As leis do processo primário, deslocamento e condensação, que caracterizam o modo de funcionamento dinâmico do inconsciente da primeira tópica, passam a caracterizar, doravante, as novas instâncias tópicas: *isso*, *eu* e *supereu*. Elas são partes integrantes do sistema inconsciente e, portanto, submetidas às suas leis.

A proposição que assevera ser o inconsciente o pólo pulsional da estrutura psíquica sobre o qual recai o recalçamento, mas sem totalizá-lo, constitui-se, ao lado da introdução do conceito de pulsão de morte, no grande salto avançado pela segunda tópica. O *isso* passa a designar agora o lugar da pulsão, estabelecendo-se assim a “[...] distinção do *isso* e do inconsciente” (COTTET, 1987, p. 22). O inconsciente não faz referência exclusiva ao pólo pulsional, qualifica igualmente as instâncias tópicas do *eu* do *supereu*.

A descoberta realmente inconveniente de que partes do ego e também do superego são inconscientes, no sentido dinâmico, atua, neste ponto como um alívio – possibilita a remoção de uma complicação. Percebemos que não temos o direito de denominar de “sistema inconsciente” a região mental alheia ao ego, de vez que a característica de ser inconsciente não lhe é exclusiva. (FREUD, 1980/1933b, p. 92).

O que se depreende, ao correlacionar a primeira com a segunda tópica, é que por meio do recalçamento primário tem lugar a instância tópica do isso. Quanto ao recalque propriamente dito, o que nele tem lugar são as instâncias narcísicas do eu e do supereu. Se, conforme assinalamos acima, o isso responde na segunda tópica ao conceito de pulsão, podemos concluir, na contramão da psicologia do ego, que anteriormente ao recalque nada há que possa ser qualificado de psíquico, quer consciente, quer inconsciente. Antes do recalque, estamos diante de uma massa biológica corporal submetida às necessidades fisiológicas, aquém de toda organização psíquica.

Vimos que a rota teórica percorrida pelos teóricos do ego conduziu a enraizar o inconsciente no orgânico, qualificando-o ainda de irracional e assimilando-o ao id. Mas para Freud é no recalque que se encontra o mecanismo pelo qual tem início os processos propriamente subjetivos, instituindo de um só golpe o consciente e o inconsciente. “Reconhecemos que o Ics não coincide com o reprimido [recalcado]; ainda é verdade que tudo o que é reprimido é Ics. Mas nem tudo o que é Ics é reprimido” (FREUD, 1980/1923, p. 30).

A segunda tópica revela, com a introdução da pulsão de morte, que a própria dinâmica inconsciente se sustenta em algo fugidio à representação e sua trama em cadeia. Na própria cadeia inconsciente, figura algo estranho às representações recalçadas; algo que, embora esteja em seu fundamento, escapa a sua dinâmica, só podendo então causá-la. Este “terceiro inconsciente”, introduzido por Freud, é causa da circulação e dos remanejamentos sucessivos das representações, mas delas se subtrai. É o modo pelo qual Freud nos aponta que nem tudo é passível de ser capturado pela trama das representações.

Nos artigos de *Metapsicologia* [...], Freud demonstra que a pulsão é sempre parcial e tem uma representação de linguagem no inconsciente. Há, no entanto, uma parte que não é representada (que Lacan denomina o real pulsional) que corresponde à libido, à parte energética da pulsão. Na pulsão há um real de gozo impossível de ser simbolizado, pois se encontra fora do significante e do âmbito de Eros, como Freud formula nos anos vinte com o conceito de pulsão de morte (QUINET, 2000, p. 25).

As noções suplementares avançadas na segunda tópica tornam ainda mais paradoxal o desvio praticado pela psicologia do ego com seu abandono da teoria do inconsciente. A segunda tópica, diversamente do que se convencionou nesta escola, não implicou num abandono da primeira. Tudo o que Freud nela havia formulado se mantém, acrescida, agora, de novas elaborações – sobretudo no que concerne ao conceito de eu. O deslocamento e

a condensação fornecem ao inconsciente a mobilidade dinâmica que o caracteriza. Interroguemos o que a dinâmica inconsciente deve ao recalçamento primário, ao objeto perdido e ao real pulsional que ali tem lugar.

O recalçamento originário introduz a pulsão no registro da representação, na medida em que “[...] mesmo no inconsciente um instinto [pulsão]¹ não pode ser representado de outra forma a não ser por uma idéia” (FREUD, 1980/1915, p. 203). Temos de considerar que, conceito-limite, a pulsão situa-se entre o psíquico e o somático, e só ingressa no psíquico por delegação, impondo a ele sua dose de trabalho rumo à busca de sua impossível satisfação: “É desta pressão que deriva seu nome *Trieb*” (FREUD, 1980/1933c, p. 121).

O fato de ser pela representação que se instaura a pulsão no registro psíquico sinaliza a distância que separa o inconsciente freudiano da noção de algo inato, orgânico, instintivo. São os representantes pulsionais que sofrem o recalque, o que faz do recalque a vicissitude por excelência do pulsional. Para Freud, nada há de inato no que se refere ao psíquico. Não há inconsciente, não há representação pulsional e, portanto, como conclusão lógica, não há o isso; e como o eu deriva do isso, evidentemente não há o eu. Antes da operação do recalçamento nada há além do biológico, e não há qualquer atribuição subjetiva.

“A pulsão é algo que se suporta sob uma representação e que se articula ao que se chama pensamento” (SAFOUAN, 1986, p. 50); e o recalçamento é a operação por meio da qual a pulsão se fixa de modo indissolúvel a um objeto. Qual é o objeto ao qual a pulsão se fixa? Ela se fixa ao *objeto perdido*.

O recalçamento primário corresponde à inscrição de um primeiro símbolo que, ao comemorar a perda do objeto absoluto, instaurando-o como perdido, “representa esta perda antes de representar qualquer outro objeto” (SAFOUAN, 1986, p. 40). O objeto perdido não faz referência a objetos do mundo, objetos empíricos visíveis. Ele corresponde a uma falta. Desenha as bordas de um vazio deixado por sua perda originária, introduzindo um elemento (*significante* em Lacan, *representante* em Freud) como índice encarregado de representar essa perda. O objeto absoluto é, desde sempre, perdido, é em torno de sua falta que circulam e se ordenam as representações. Toda e qualquer representação (dimensão imaginária) propõe-se no lugar desta perda originária, visando paliá-la, mas não fazendo mais do que comemorá-la numa eterna repetição.

¹ Conceito freudiano, a pulsão deve ser distinguida tanto dos instintos quanto das necessidades vitais. Ela de modo algum faz referência a impulsos vitalistas. Foi por uma escolha infeliz que o termo alemão *Trieb* chegou à edição brasileira traduzido por *instinto*.

É com representantes do objeto perdido que o inconsciente tece sua rede e é no tempo lógico do recalque secundário que se constrói o objeto ofertado à pulsão. O objeto da pulsão é um objeto metafórico: ele tem a missão de ocupar o lugar deixado vago pelo objeto perdido, propondo-se a ocupar seu lugar. Nas malhas do recalque, propriamente dito, o sujeito constrói seu fantasma privado de gozo, traçando e percorrendo as trilhas de um impossível gozo, desta vez singular.

O recalque secundário pereniza a divisão do sujeito, ao mesmo tempo em que traça a rota singular do percurso da pulsão na busca de seu gozo. É no *fantasma* que o objeto se arma e se institui. O fantasma é, por definição, o lugar onde se constitui para o sujeito a versão metafórica do objeto perdido. No lugar deixado vago pelo objeto perdido, identificando-se imaginariamente com ele, temos o mais valorizado objeto: ele não é outro senão o próprio eu. O eu é o objeto narcísico privilegiado em torno do qual a pulsão gira e busca, por meio dele, encontrar sua satisfação. “Isto quer dizer que no campo dos objetos especulares que se oferecem à minha vista, há um único, aquele que mais me cativa e que é exatamente a imagem especular” (SAFOUAN, 1986, p. 75).

O eu é composto por representações imaginárias que arrebanham para si todo o montante de energia libidinal disponível no aparelho psíquico. Ele é o grande reservatório de libido objetual, a partir do qual partem os investimentos objetais vindouros. Para sua constituição, ele depende das identificações efetuadas com o outro da relação dual especular. É no outro especular que o sujeito encontra o suporte identificatório, tornando-se portador de uma imagem a partir da qual se reconhece e se aliena como eu.

O eu é o receptáculo de imagens investidas libidinalmente. O sujeito se faz imaginariamente *eu ideal*, na justa e estrita medida em que se identifica com uma imagem idealizada de si vista no outro. Precipitando-se narcisicamente nesta imagem, o sujeito cai prisioneiro do engodo de poder efetuar reciprocidade com o ideal do outro sobre si, encurtando assim a distância que dele o separa. É como um objeto idealizado pelo outro parental que o sujeito se reconhece pela primeira vez como *eu*. “O eu é um objeto particular dentro da experiência do sujeito, literalmente o eu é um objeto que preenche certa função que chamamos aqui de função imaginária” (LACAN, 1985, p. 63).

Podemos observar que, nestas condições, o eu toma a si mesmo, sua própria imagem, como objeto pelo qual se enamora. O conceito de narcisismo responde à situação na qual o eu permanece indissoluvelmente ligado, de forma apaixonada, às suas imagens formadoras.

O estudo da segunda tópica consistiu em fornecer a sistematização cabal e precisa da relação do eu com a *pulsão sexual*, firmando-lhe o estatuto de objeto libidinal privilegiado na economia psíquica. “O ego [eu] se encontra como fundamento do narcisismo, e não como princípio de conhecimento objetivo” (JULIEN, 1993, p. 3). O eu em Freud, em total e absoluta oposição com o que se teorizou na psicologia do ego, não está referido à função de conhecimento da realidade objetiva, mas à realidade fantasmática, com sua dinâmica inconsciente. As elaborações freudianas dos anos de 1920 conduziram à descoberta de que “[...] o ego é idêntico ao id, sendo apenas uma parte diferenciada do mesmo” (FREUD, 1980/1926, p. 119). Apenas uma pequena parcela do eu se encontra abrangida pela consciência; na sua maior parte o eu é inconsciente e funciona de acordo com as leis que nele imperam.

Como resultado de um malabarismo teórico, a psicologia do ego chegou a (re)criar toda uma teoria dita inovadora da psicanálise, destinada a salvaguardar a premissa da unidade sintética, autônoma e funcional do ego. Entretanto, para Freud (1980/1930, p. 83):

O ego [eu] nos aparece algo autônomo e unitário, distintamente demarcado de tudo o mais, ser esta aparência enganadora – apesar de que pelo contrário, o ego seja continuado para dentro, sem qualquer delimitação nítida, por uma entidade mental inconsciente que designamos como id [isso], à qual o ego serve como uma espécie de fachada – configura uma descoberta efetuada pela primeira vez através da pesquisa psicanalítica, que, de resto, deve ter muito mais a nos dizer sobre o relacionamento do ego com o id.

Para Lacan (1978c, p. 168), o deslizamento praticado pela psicologia do ego “[...] só se operou por falta de reconhecer que na obra de Freud a tópica do *Ego*, *Id* e do *Superego* é subordinada à metapsicologia de que ele promove os termos na mesma época e sem qual ela perde o seu sentido”. A contribuição de Lacan na transmissão da psicanálise, reconhecida como “retorno a Freud”, deu-se justamente no contexto em que passou a dominar, no cenário psicanalítico, uma “tradição desviante” da obra e do dizer freudiano, e quando a relevância conferida por Freud aos processos inconscientes deslocou-se para o ego consciente, fornecendo como resultado imediato um afastamento radical dos fundamentos teórico-técnicos que conferem os contornos e dão consistência à psicanálise.

Lacan pôde contribuir para o ensino da psicanálise ao propor um retorno aos seus fundamentos. Insistiu na necessidade de que a comunidade

analítica retomasse a leitura da obra freudiana. Neste ponto preciso, revelou-se um pesquisador tão assíduo quanto rigoroso. Seu ensino destacou e recolocou no centro do debate psicanalítico a descoberta freudiana do inconsciente, e este retorno a Freud consistiu precisamente em demarcar o lugar específico da psicanálise, diferenciando-a de outras correntes e teorias, sobretudo, da psicologia do ego.

Considerações finais

À luz do que este artigo se propôs desenvolver sobre as concepções teóricas sustentadas pela psicologia do ego, podemos concluir que esta “neoescola de psicanálise” caracteriza-se justamente pelo modo próprio, específico de conceber o ego – neologismo inglês por eles adotado sem pestanejar para traduzir o eu (*Ich*) freudiano e da linguagem comum – no interior da segunda tópica freudiana. Sua tese central é a de que o ego está calcado na função da consciência, funcionando como centro de controle racional dos elementos constitutivos da personalidade.

As concepções (funcionalistas) sustentadas por seus teóricos recolocaram em cena a noção de que o ego é constituído por um conjunto de funções, denominadas primárias e secundárias, cuja finalidade é a de promover a adaptação do homem ao seu meio ambiente físico e social. O esforço empreendido na tarefa de sistematização dos atributos funcionais do eu conduziu-os finalmente a criação efetiva de um *ego* de caráter funcional, e já não mais um *eu* libidinal, tal como havia preconizado Freud.

Os rumos impressos à psicanálise pelos teóricos do ego sustentam uma visão *egocêntrica* do homem, operando assim um desvio da psicanálise freudiana, pelo fato mesmo de seu afastamento do conceito originário e fundador da psicanálise: o inconsciente e seu operador constitutivo, o recalque. Ora, o inconsciente dá fundamentos à psicanálise tanto no que tange à sua teoria, quanto ao que tange à sua técnica. A história do conceito de inconsciente (con)funde-se com a própria história da psicanálise, e se constitui num divisor de águas no que diz respeito à concepção de sujeito. Efetivamente, a descoberta do inconsciente coloca-se como a linha divisória que demarca a fronteira entre uma teoria do sujeito e uma teoria do indivíduo. Dito de outro modo, o inconsciente freudiano estabelece a distância entre a psicanálise e as teorias que sustentam a primazia do ser, concebido como firmado e estabelecido na suposta unidade da consciência do eu.

Referências

AGUIAR, Fernando. Notas recolhidas sobre a transferência em Freud. **Revista de Ciências Humanas**, n. 27, p. 137-148. 2000.

CESAROTTO, Oscar; SOUZA-LEITA, Márcio Peter. **O que é a psicanálise?** São Paulo: Brasiliense, 1987.

COTTET, Serge. Penso onde não sou, sou onde não penso. In: MILLER, Gérard. (Org.). **Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, p. 11- 23.

DESCARTES, René. **Meditações; objeções e respostas; cartas**. São Paulo: Nova Cultura, 1987-1988.

FIORINI, Héctor. **Teoria e técnica de psicoterapias**. São Paulo: Francisco Alves, 1976.

FREIRE-COSTA, Jurandir. Psicoterapia breve: Uma abordagem psicanalítica. In: FIGUEIRA, Sérvulo (Org.). **Sociedade e doença mental**. Rio de Janeiro: Campus, 1978, p. 227-241.

FREUD, Sigmund. A dinâmica da transferência. In: **Standard edition da obra psicológica completa de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980/1912a, v. 12, p.133-143.

_____. Uma nota sobre o inconsciente na psicanálise. In: **Standard edition da obra psicológica completa de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980/1912b, v. 12, p. 327-334.

_____. Sobre o início do tratamento. In: **Standard edition da obra psicológica completa de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980/1913, v. 12, p. 164-187.

_____. A história do movimento psicanalítico. In: **Standard edition da obra psicológica completa de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980/1914a, v. 14, p.16-87.

_____. Recordar, repetir e elaborar. In: **Standard edition da obra psicológica completa de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980/1914b, v. 12, p. 191-203.

_____. O inconsciente. In: **Standard edition da obra psicológica completa de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980/1915, v. 14, p. 191-245.

_____. Conferências introdutórias sobre a psicanálise. Terapia analítica. In: **Standard edition da obra psicológica completa de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980/1916-1917, v. 16, p. 523-539.

_____. Além do princípio do prazer. In: **Standard edition da obra psicológica completa de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980/1920, v. 17, p. 13-85.

_____. O ego e o id. In: **Standard edition da obra psicológica completa de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980/1923, v. 19, p. 23-83.

_____. Inibições, sintomas e ansiedade. In: **Standard edition da obra psicológica completa de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980/1926, v. 20, p. 107-200.

_____. O mal-estar na civilização. In: **Standard edition da obra psicológica completa de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980/1930, v. 21, p. 81-171.

_____. Novas conferências introdutórias da psicanálise. Explicações, aplicações e orientações. In: **Standard edition da obra psicológica completa de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980/1933a, v. 22, p. 167-191.

_____. Novas conferências introdutórias da psicanálise. Dissecção da personalidade psíquica. In: **Standard edition da obra psicológica completa de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980/1933b, v. 22, p. 75-102.

_____. Novas conferências introdutórias da psicanálise. A ansiedade e a vida instintual. In: **Standard edition da obra psicológica completa de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980/1933c, v. 22, p. 103-138.

_____. Análise terminável e interminável. In: **Standard edition da obra psicológica completa de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980/1937, v. 23, p. 237-287.

_____. Esboço de psicanálise. O trabalho prático. A técnica da psicanálise. In: **Standard edition da obra psicológica completa de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980/1940, v. 23, p. 247-288.

GARCIA-ROSA, Luiz Alfredo. **Introdução à metapsicologia freudiana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. v. 3.

HARTMANN, Heinz. **La psicología del Yo y el problema de la adaptación**. México: Pax-Mexico, 1962.

_____. **Ensayos sobre la psicología del Yo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.

_____. Psicoanálisis Y sociología. In: JONES (Org.). **Sociedade, Cultura y Psicoanálisis de hoy**. Buenos Aires: Paidós, 1964.

JILL, Merton. El estado actual de la teoría psicoanalítica. In: RAPAPOT, David (Org.). **Aportaciones a la teoría y técnica psicoanalítica**. México: Editorial Pax-México, 1962.

JULIEN, Philippe. **O retorno a Freud de Jacques Lacan**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

JURANVILLE, Alain. **Lacan e a filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

KRIS, Ernest. **Psicanálise da arte**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

LACAN, Jacques. **O seminário**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. (Livro 2).

_____. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 1978a, p. 223-259.

_____. Situação da psicanálise e formação do analista. In: **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 1978b, p.189-222.

_____. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 1978c, p.101-187.

_____. A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: **Escritos**. São Paulo: Zahar, 1998.

LAJONQUIÈRE, Leandro. Uma introdução à psicanálise em cinco lições. **Revista Pedagógica**, v. 12, n. 27, p. 11-18, 1993.

LOEWENSTEIN, R. M. Psicologia do ego. In: ALEXANDER, F. S. EISENSTEIN; GROTHJAHN, M. **História da psicanálise através de seus pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

POMMIER, Gérard. **Desenlace de uma análise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

QUINET, Antonio. **A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RAPAPORT, David. **Aportaciones a la teoría y técnica psicoanalítica**. México: Pax-México, 1962.

SAFOUAN, Moustapha. **Seminário**: angústia, sintoma, inibição. Campinas, SP: Papyrus, 1986.

_____. **Estruturalismo e psicanálise**. São Paulo: Cultrix, 1970.

VALLEJO, Américo; MAGALHÃES, Ligia C. **Lacan**: operadores de leitura. São Paulo: Perspectiva, 1979.

Recebido em: 25/07/2007

Received in: 07/25/2007

Aprovado em: 08/08/2007

Approved in: 08/08/2007